

# Sarney cobra na Constituinte favores prestados

## Caça ao voto mobiliza 7 ministros

Arquivo — 11/02/87

BRASÍLIA — Quem na Constituinte deve ao Governo empregos, concessões e verbas para obras? Esse é o levantamento que os ministros terão de fazer para o presidente José Sarney, dentro da estratégia de barrar o parlamentarismo na Constituinte e fazer prevalecer já na Comissão de Sistematização a posição presidencialista do Palácio do Planalto. Essa "radiografia" do fisiologismo do Legislativo será a principal arma do governo na empreitada presidencialista comandada por Sarney.

O contra-ataque do presidente, que tem se queixado do pouco apoio recebido da Aliança Democrática, especialmente do PMDB, foi articulado não só por suas lideranças que lhe são fiéis no Congresso, mas também dentro do círculo familiar. Foi seu filho, o deputado Sarney Filho (PFL-MA), quem aconselhou a realização das reuniões ministeriais para cobrar de forma mais ampla e contundente a colaboração dos auxiliares do primeiro escalão.

**A bico de pena** — Na véspera da reunião, o presidente Sarney conversou por telefone com o líder do PFL, deputado José Lourenço, que garantiu 15 votos do partido para o presidencialismo na Comissão de Sistematização, deixando de fora apenas a deputada Sandra Cavalcanti e o presidente da comissão, senador Afonso Arinos.

— Na hora que a caneta funcionar, vêm todos — garantiu Lourenço, que aposta na reversão da tendência do voto parlamentarista para o presidencialismo, por considerar que há muito oportunismo e que a maioria dos seus colegas não resiste à ameaça de perder favores obtidos ou ansiosamente aguardados, sejam do PFL ou PMDB.

**Pão e água** — Concordando com essa análise, que lhe foi feita nos últimos dias por outras lideranças da Constituinte, como o líder do Governo, Carlos Sant'Anna, e o deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), Sarney resolveu colocar em prática o esquema de pressão. Quem estiver nas listas de favores e não colaborar será tratado, segundo um assessor, "a pão e água".

Os ministros partidários do parlamentarismo pagarão caro essa opção: terão que mudar de opinião, sob pena de estragos sérios nas relações com o Planalto e queda no ostracismo. A ordem é atacar o substitutivo de Bernardo Cabral não apenas na parte do sistema de governo, mas em outros pontos que desagradam o Planalto, como o capítulo dos tributos, que, na forma como está redigido, segundo o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, "inviabiliza a União".

A uniformidade da linguagem dos membros do Governo e o engajamento de todos os ministros no corpo-a-corpo para a conquista dos votos necessários à manutenção do presidencialismo são exigências do Presidente José Sarney a todos os seus auxiliares, segundo anunciou ontem o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, após a primeira de uma série de reuniões que o Governo promove ao longo deste final de semana para fechar o cerco contra os parlamentaristas da Constituinte.

A reunião durou cerca de uma hora e meia e começou às 7h30min, no Palácio Alvorada. Para a primeira rodada, o Presidente convocou os Ministros Antonio Carlos Magalhães, Raphael de Almeida Magalhães, Deny Schwartz, Aníbal Teixeira, Jorge Bornhausen, Ronaldo Costa Couto e Ivan de Souza Mendes, sendo que os cinco primeiros comandam alguns dos mais estratégicos ministérios para os planos do Governo, por manipularem respeitáveis verbas oficiais, fundamentais no processo da caça ao voto.

— O Presidente, é claro, considera que os ministros exercem cargos políticos e têm que participar — disse Costa Couto, escolhido como porta-voz da reunião. "O que seria imperdoável seria o Governo se omitir numa hora tão grave para o Brasil", complementou o Ministro, dando a versão oficial do que será esse corpo-a-corpo: "será dialogando, argumentando, persuadindo, defendendo as idéias."

Segundo Costa Couto, "o que ficou decidido é que deve haver uniformidade de linguagem dentro do ministério e que haja uma posição do Governo. A posição definida é de que o sistema de Governo melhor para o país é o presidencialismo". Nessa luta presidencialista, anunciou ele, o Governo buscará o apoio até dos partidos de oposição, como PT e PDT — com



Sarney Filho: autor da idéia de reunir os ministros

este último, informou, as negociações já começaram, através dos deputados Vivaldo Barbosa e Luiz Salomão.

A emenda Theodoro Mendes — presidencialismo com Congresso Forte, inclusive com direito a veto a ministros — é, de acordo com Costa Couto, a preferida do Governo e nela serão centradas as negociações. O Ministro, embora durante a entrevista procurasse deixar clara a luta presidencialista — "nós estamos na hora da verdade, no momento decisivo", frisou —, fez questão de não descartar a hipótese de uma negociação com os parlamentaristas: "O entendimento foi realmente o objetivo permanente e continua sendo. O entendimento não pode ser descartado em nenhum momento."

Costa Couto advertiu, porém, que o Governo "sempre soube que as questões

constitucionais serão decididas no voto". Disse, ainda, que as primeiras avaliações nessa nova arrancada dão confiança ao Governo em uma "folgada" maioria na Constituinte para o presidencialismo e que o próprio Sarney, além dos Ministros, estará trabalhando nas próximas horas para consolidar o quadro.

— Não há propriamente dificuldades. Há um desafio — afirmou.

O Ministro, indagado sobre a interrupção das conversas com os parlamentaristas, disse que "o Governo não é um Governo impermeável, não é um Governo que fecha as portas", mas ressaltou: "nós continuamos dialogando, conversando, disponíveis para o entendimento. Agora, a posição do Governo é presidencialista. O Governo optou pelo presidencialismo."

### Presidente nega interesse pessoal

"O poder para mim não é uma festa, muito menos uma fonte de satisfação", afirmou o presidente José Sarney em seu programa *Conversa ao pé do rádio*, no qual voltou a defender um mandato de cinco anos de governo e a adoção, pela Assembléia Nacional Constituinte, do sistema presidencialista. "Não tenho nenhum interesse pessoal a defender nos temas que estão sendo tratados, mas tenho a obrigação e o dever de não ser omissos. Tenho responsabilidade perante a História e a nação."

Ao contrário dos programas anteriores, onde sempre faz um balanço das realizações da semana, o presidente Sarney decidiu, desta vez, abordar o tema que mais o preocupa no momento. Esta semana, ele iniciou a maior ofensiva de seu governo em favor do sistema presidencialista, através de reuniões com seus ministros. "O que eu desejo é que a futura Constituição assegure ao Brasil estabilidade política, governabilidade e possa dar o respaldo legal necessário a que floresçam no país instituições democráticas fortes."

**Aliciamento** — Sarney disse que, quando se manifestou pelos cinco anos de mandato, o fez "com a certeza de que esse prazo é o melhor para o país". "Não me move nestas decisões nenhum desejo de poder. Não existe nenhum constituinte que eu tenha procurado para aliciar, utilizando o governo em razão da discussão do mandato. Minha conduta tem sido sempre a mais correta."

Ao defender o sistema presidencialista de governo, ele recorre à sua "experiência e vivência de homem público", para reafirmar sua convicção de que o Brasil não tem ainda instituições fortes capazes de enfrentar, sem dificuldades, as crises.

"As divergências, a multiplicidade de fórmulas, os casuísmos mostram bem que as melhores e mais puras intenções e convicções não conseguiram sensibilizar, pela paixão política e ressentimentos, o grande terreno de um novo pacto", afirmou Sarney, lembrando que foi em função dessas realidades que tem se manifestado por um "presidencialismo moderno, com práticas parlamentares que fortifiquem o Congresso e assegurem que essa vivência possa dar, em termos de futuro, condições para um regime mais sofisticado".